

## LUCRO DISTRIBUTÍVEL

Paulo Schmidt\*

**Sinopse:** Este artigo é uma tentativa de demonstrar uma teoria magnífica desenvolvida por Edgar O. Edward and Philip W. Bell sobre resultado econômico e demonstrar como esta teoria pode ser aplicada em termos de registros e demonstrações contábeis. As técnicas contábeis são necessárias, portanto, é importante que sejam suficientemente flexíveis para fornecer dados sobre o conceito de lucro econômico, bem como, alguns conceitos adicionais de lucro, demonstrando estarem intimamente ligados a este conceito de lucro econômico, porém, as técnicas são ao mesmo tempo uma obrigação para as empresas com um custo adicional de registros múltiplos diários. A principal proposta deste artigo é o de apresentar um conjunto de dados contábeis possíveis de fornecer informações úteis para a avaliação de decisões gerenciais passadas e o de usar métodos possíveis para auxiliar essas decisões.

**Palavras-chave:** Demonstrações contábeis. Lucro econômico. Decisões gerenciais.

**Abstract:** This article is an attempt to demonstrate a meaningful theory of business income developed by Edgar O. Edward and Philip W. Bell and to show how it can be applied in terms of accounting records and reports. Accounting techniques are needed, therefore, is important which are sufficiently flexible to provide data for the business profit concept as well as for certain additional profit concepts, shown to be intimately related to business profit, but techniques which at the same time to do burden the firm with the unnecessary cost of multiple daily records. The principal purpose this article to be achieved by the collection of accounting data is to provide useful information for the evaluation of past business decisions and of the methods used in reaching those decisions.

**Key words:** Accounting records. Business profit. Business decisions.

---

\* Doutor em Contabilidade e Controladoria. Professor do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da UFRGS. (pschmidt@ufrgs.br).

---

## 1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é o de apresentar uma análise sobre os mais importantes aspectos que envolvem o processo de distribuição de lucros e aduzir os principais estudos desenvolvidos nesta área. Na decisão de distribuir lucros sempre estará envolvido o ponto de vista de manter a capacidade da empresa, sem redução de seu capital, considerando sua continuidade.

O conceito de manutenção do

capital é um parâmetro básico para a análise da distribuição de lucro, visto que somente deve ser distribuída a parcela de lucro não necessária a esta manutenção. A determinação do valor do lucro a ser distribuído é fundamental para o eficaz gerenciamento da empresa, para isso, analisam-se, ao longo desse trabalho, as formas mais adequadas do ponto de vista de alguns estudiosos de como os gestores devem determinar este valor.

Para alcançar o objetivo proposto, apresenta-se inicialmente qual a função da empresa dentro da sociedade, além de algumas definições básicas relacionadas com a análise da distribuição de lucros. Após a breve introdução ao cerne do assunto, analisam-se os mais importantes aspectos da manutenção do capital da empresa e a distribuição de lucros. Na sequência, apresentam-se os principais estudos já desenvolvidos relacionados à problemática da distribuição de lucros, especialmente os estudos de Edwards e Bell, mais importantes sintetizadores do método do custo corrente corrigido, e o trabalho de Szuster, tese de doutoramento apresentado na FEA-USP, que procura demonstrar um método que indica o lucro máximo passível de ser distribuído por uma empresa mantendo a sua capacidade física e o seu capital, em termos monetários corrigidos. Além desses dois trabalhos, apresentam-se outros complementares que também contribuíram para o melhor entendimento do assunto em análise.

## 2 FUNÇÃO DA EMPRESA

Uma empresa representa um conjunto de recursos originados de diversas fontes, tais como os acionistas que investem em ações, os credores que financiam suas operações e os lucros que ficam retidos ao longo do tempo. Toda empresa é constituída com um objetivo predeterminado. Este objetivo ou meta pode variar de acordo com o tipo de empresa. Em geral, dentro de uma

visão estritamente financeira, o principal objetivo de uma empresa é a maximização da riqueza de seu acionista. Esta maximização não isenta a empresa de suas responsabilidades sociais, já que ela tem um papel a cumprir na sociedade, seja com o fornecimento de bens e serviços, seja com o pagamento de salários a seus empregados, seja com a preservação da natureza, entre outros.

O objetivo de maximização da riqueza do acionista é muitas vezes confundido com a maximização dos lucros da empresa. Na busca da maximização da riqueza do acionista, estão envolvidos parâmetros mais amplos, como o tipo de política de dividendos adotada pela empresa e a busca de uma estrutura de capital ideal, na relação entre capital próprio e de terceiros.

Dentro desse processo de maximização da riqueza do acionista, insere-se a questão da distribuição de lucros. Para que uma empresa possa distribuir parte de seus recursos na forma de dividendos, é necessário que ela tenha informações precisas sobre sua estrutura patrimonial e suas necessidades de recursos. A principal fonte informacional deste processo avaliativo são os dados fornecidos pela contabilidade.

Quando uma empresa determina a distribuição de dividendos, ela deve ter presente que está dispondo de parte de seus ativos. Em função disso, é fundamental que as informações contábeis, que embasam esta decisão, sejam a mais fidedigna possível. A contabilidade, portanto, deve permitir "[...] a cada grupo principal de usuários, a avaliação da situação econômica e financeira da entidade, num sentido estático, bem como fazer inferências sobre suas tendências futuras" (IBRACON, 1992, p. 22).

### **3 DEFINIÇÕES BÁSICAS E A DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS**

Para que seja possível o entendimento do processo de distribuição de lucros, é necessário que se entenda primariamente qual a origem dos recursos destinados a esta distribuição. Para tanto, é preciso que se compreenda os elementos constitutivos do patrimônio de uma empresa, partindo de definições básicas, como a de ativo, passivo e patrimônio líquido, para, finalmente, chegar ao lucro e suas formas de distribuição.

Ao longo dos anos, muito se tem discutido sobre o que seja um ativo. Vários autores explanaram suas definições, sendo que uma das que melhor se adaptam ao atual estágio do pensamento contábil é a de Martins (1972, p. 30). Para ele, "ativo é o futuro resultado econômico

que se espera obter de um agente". Cabe destacar nesta definição que o elemento que representa o ativo não é o agente causador do resultado econômico, mas o próprio valor econômico do agente é que caracteriza um ativo.

A definição adotada por Martins (1972, p. 41) para valor econômico de um ativo é a de que o "valor econômico de um ativo é o valor atual máximo dos resultados econômicos futuros esperados, no cálculo do qual a taxa de desconto é a do custo de oportunidade de igual risco".

Nesta mesma linha de pensamento, Martins (1972, p. 51) define passivo considerando a sua característica econômica. Para ele, "passivo é o resultado econômico a ser sacrificado no futuro em função de dívida e/ou obrigação contraída perante terceiros". Este sacrifício ocorrerá com a entrega no futuro de ativos ou com a prestação de serviços para terceiros. Neste contexto, terceiros caracterizam-se por qualquer pessoa física ou jurídica que receberá o ativo ou a prestação de serviços. Os acionistas serão considerados terceiros somente quando houver a decisão de distribuição de lucros ou retorno do capital investido na empresa.

O patrimônio líquido caracteriza-se pela diferença algébrica entre os resultados econômicos futuros esperados entre os ativos e passivos da entidade em uma determinada data. Para Martins (1972, p. 51), o patrimônio líquido é sinônimo de ativo líquido.

#### **4 LUCRO E SUAS DEFINIÇÕES**

Uma vez definidos ativo, passivo e patrimônio líquido, pode-se chegar ao entendimento do que seja lucro. Lucro, ou rédito, pode ser entendido como o "...resultado que pode ser retirado da entidade num período, de forma tal que o patrimônio líquido no final desse período seja exatamente igual ao inicial" (MARTINS, 1972, p. 52).

Para Catelli (anotações de aula), o lucro representa a melhor medida da eficácia empresarial. O lucro será reflexo do nível de produtividade, de eficiência, de satisfação, de flexibilidade do processo decisório e de desenvolvimento da empresa. Produtividade representa a relação entre o volume de produção e a capacidade instalada. Eficiência é medida em relação ao consumo de recursos/produção de bens e serviços. Satisfação representa o bem-estar de clientes, fornecedores, comunidade, funcionários, gerentes, acionistas, governo, etc. A flexibilidade do processo decisório exige que a empresa seja tão rápida quanto o ambiente exigir. O

desenvolvimento exige que a empresa entre em um processo de crescimento a médio e longo prazo, principalmente com o intuito de não tornar o preço de seus produtos cadentes.

Conforme afirmação de Hendriksen (1977, p. 145), "[...] nas demonstrações contábeis apresentadas primordialmente para acionistas e investidores, o lucro líquido disponível para distribuição aos acionistas é usualmente considerado como a informação isolada mais importante contida nestas demonstrações".

A finalidade da apuração do lucro para Hicks (*apud* HENDRIKSEN, 1977, p. 146) "[...] é a de dar às pessoas uma indicação da quantia que elas possam consumir sem se empobrecerem". Seguindo esta mesma linha de pensamento, ele complementa afirmando que lucro é "...o valor máximo que uma pessoa possa consumir durante uma semana esperando ainda estar tão bem (*as well off*) ao término desta, quando o estava em seu início". Dentro deste processo de raciocínio, o lucro seria, então, o valor que a empresa poderia consumir, sem alterar sua situação inicial. Esta afirmação de Hicks vai ao encontro do que Martins (1972, p. 52) define como lucro. Em sua definição, o lucro pode ser considerado como "[...] a diferença entre os valores econômicos do patrimônio líquido inicial e final de um período, após exclusão dos acréscimos e decréscimos do capital e da distribuição de lucros". Portanto, não ocorrendo no período acréscimos ou decréscimos de capital, o valor do patrimônio líquido inicial seria igual se o total do lucro fosse distribuído. O lucro, por conseguinte, pode ser considerado "...como a importância máxima a ser distribuída como dividendos, sem alteração do patrimônio líquido. O lucro máximo a ser distribuído por uma empresa é considerado, assim, um resíduo, que é obtido depois de haver a manutenção do patrimônio líquido." (SZUSTER, 1985, p. 7).

A forma de obtenção de lucros pode seguir duas abordagens distintas: abordagem estática e abordagem dinâmica.

Na abordagem estática, o lucro é uma resultante da comparação do patrimônio líquido inicial e final, conforme a definição apregoada por Martins. A abordagem que melhor traduz o processo de geração do lucro é a chamada abordagem dinâmica. Nesta abordagem, o lucro é obtido pela diferença entre as receitas e despesas do período. A vantagem da abordagem dinâmica é que permite a visualização dos itens que formaram o resultado do período, possibilitando uma melhor análise do processo de gestão empresarial.

## 5 CRITÉRIOS CONTÁBEIS DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Tradicionalmente, a contabilidade tem adotado como critério de avaliação de seus ativos o valor de aquisição, ou seja, pelo custo histórico. Em alguns países com instabilidade de preços, este processo avaliativo sofreu algumas alterações com o intuito de melhor representar o valor do ativo.

Dentro do processo de avaliação patrimonial três aspectos devem ser levados em consideração, segundo Edwards e Bell (1961, p. 74):

- “1) a forma (e lugar) da coisa que está sendo avaliada;
- 2) a data a que se refere o preço utilizado na avaliação;
- 3) o mercado de onde se obteve aquele preço.”

Martins (1972, p. 37) apresenta resumidamente alguns critérios passíveis de serem utilizados na avaliação patrimonial. Conforme quadro abaixo.

|                    | VALORES PASSADOS                          | VALORES PRESENTES               | VALORES FUTUROS                             |
|--------------------|---|---------------------------------|---|
| VALORES DE ENTRADA | custo histórico                           | custo corrente                  | custo futuro de reposição                   |
|                    | <u>custo histórico corrigido</u>          | <u>custo corrente corrigido</u> |   |
| VALORES DE SAÍDA   | custo de oportunidade na data da obtenção | custo de oportunidade           | valor realizável líquido                    |
|                    |   |                                 | <u>valor atual dos recebimentos futuros</u> |

Os critérios que aparecem sublinhados são os indicados por Martins como sendo os mais adequados de cada um dos grupos. Os valores de entrada são obtidos no mercado de compra da empresa, enquanto que os valores de saída são obtidos no mercado de venda. Sendo um ativo o resultado econômico futuro esperado de um agente, a mensuração deve ser feita de forma que permita medir cada um dos resultados econômicos que se espera obter de cada elemento componente do ativo. A tradução deste valor é feita com a utilização do conceito de valor atual. "Este nada mais faz do que procurar calcular qual seria a importância que, recebida hoje, daria à

empresa a mesma utilidade que uma outra a ser recebida em uma data futura." (MARTINS, 1972, p. 38).

Para Iudícibus (1980, p. 113), os valores de entrada são mais adequados para avaliação dos ativos, uma vez que eles podem traduzir o valor máximo para a empresa e porque, em muitos casos, não existe um mercado para a determinação dos valores de venda.

A mensuração do passivo deve seguir o mesmo conceito adotado na mensuração do ativo, pois o objetivo é traduzir, também para o passivo, o valor atual dos resultados econômicos a serem sacrificados no futuro.

A mensuração do patrimônio líquido é resultado dos conceitos adotados no ativo e passivo, portanto, o valor do patrimônio líquido deve representar o valor atual líquido dos futuros resultados econômicos esperados pela empresa.

Embora a forma mais razoável de aproximação da realidade seja a da tradução dos elementos patrimoniais aos seus valores atuais de seus resultados econômicos futuros, para a contabilidade, o custo histórico continua sendo o principal critério para os registros contábeis. O que deve ficar claro quanto à apuração do lucro é que, dependendo do critério utilizado para mensuração dos elementos patrimoniais, a consequência poderá ser a determinação de um resultado diferente.

Conforme adotaram em seus trabalhos Szuster (1985) e Pimentel (1986), a definição de capital é idêntica a de patrimônio líquido, desta forma, o termo capital será adotado como sinônimo de patrimônio líquido e, na sua mensuração, será assumido o conceito de ativo líquido.

Para a contabilidade, o capital representa "[...] o total dos ativos da empresa, menos o total das exigibilidades para com terceiros (passivos), que corresponde ao conceito de patrimônio líquido." (PIMENTEL, 1986, p. 9).

Uma das principais decisões a serem tomadas pelos gestores das empresas consiste em determinar o quanto de lucro deve ser distribuído, sem reduzir o capital. Dentro deste contexto, uma das principais funções da contabilidade é a de "[...] fornecer a informação do parâmetro máximo passível de distribuição e que mantenha intacto o capital da empresa." (SZUSTER, 1985, p. 10).

## 6 LUCRO DISTRIBUÍVEL - ASPECTO LEGAL

De acordo com o artigo 202 da lei das Sociedades por Ações em vigor no Brasil, "...os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto, ou, se este for omissivo, metade do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

I - quota destinada à constituição da reserva legal (artigo 193);

II - importância destinada à formação de reservas para contingências (artigo 195), e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores;

III - lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva (artigo 197), e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício" (FIPECAFI, 1990, p. 398).

Por deliberação da assembleia geral de acionistas, poderá ser determinado um percentual para pagamento de dividendos que, segundo a legislação societária não poderá ser inferior a 25% do lucro líquido ajustado pelos itens I a III, acima. As empresas poderão adotar qualquer critério como base para distribuição de lucros: um percentual do lucro do exercício, ou do capital social, ou do patrimônio líquido, etc. O principal objetivo desta determinação legal de "...um dividendo mínimo obrigatório, [...] é de proteger os acionistas." (MARTINS *et al.*, 1990, p. 433).

Constata-se que os legisladores tiveram a preocupação de proteger o acionista com regras definidas de distribuição de dividendos, não deixando, principalmente, o acionista minoritário à mercê dos gestores da empresa. Por outro lado, a lei também teve a preocupação de não desestabilizar a empresa quando esta não tiver condições de cumprir com o pagamento do dividendo mínimo obrigatório. Para isso, o artigo 202 da lei 6.404/76, em seu parágrafo quarto, determina que "[...] o dividendo previsto neste artigo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informarem à assembleia geral ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da companhia." (FIPECAFI, 1990, p. 399).

A distribuição de lucro, na realidade, faz parte de um processo de avaliação bem mais amplo do que a determinação de parâmetros mínimos obrigatórios para sua distribuição. Esta avaliação passa pela determinação de um valor máximo a ser distribuído pela empresa para



---

manutenção de seu capital."Uma empresa deve esforçar-se para estabelecer uma política de dividendos que maximize o patrimônio dos acionistas" (VAN HORNE, 1983, p. 327).

## 7 MANUTENÇÃO DO CAPITAL

O estudo sobre a manutenção do capital de uma empresa pode ser feito de acordo com diversas abordagens. As mais correntes são manutenção do capital monetário ou financeiro e manutenção do capital físico ou operacional.

Na concepção de Szuster (1985, p. 10), faz-se necessário uma distinção em relação ao conceito de capital monetário em duas segmentações: "...o conceito de capital financeiro, sem reconhecer a variação do poder aquisitivo da moeda, que é coerente com a contabilidade tradicional a custos históricos, e o conceito de capital monetário corrigido em termos do poder de compra geral. Este ajusta o capital investido por um índice que possa medir a variação média de preços ocorrida no sistema econômico". A aplicabilidade destes conceitos no Brasil, principalmente nos últimos anos com volatilidade constante de preços, resume-se apenas ao segundo modelo, em que deve ser considerada a variação nos preços.

A manutenção do capital monetário ou financeiro ocorrerá quando o valor do investimento, expresso em unidades monetárias, no final de um período, é igual ou superior ao registrado no início do período, ou seja, o conceito de manutenção do capital financeiro ou monetário considera o valor total investido na empresa pelo acionista, como o capital necessário a ser mantido. Nesta abordagem de manutenção de capital, o investidor não tem a preocupação com a forma de aplicação de seus recursos dentro da empresa, ele deseja somente preservar e aumentar o valor monetário de seus investimentos.

Ao contrário do conceito de capital monetário, "...conceito de capital físico admite que o patrimônio da empresa é quantificado em termos de uma capacidade de operação, medida através do conjunto de bens necessários a esta, mensurados à data da avaliação. Só haverá lucro quando o patrimônio for superior ao valor dos ativos necessários para assegurar um mesmo nível de atividade." (SZUSTER, 1985, p. 11). A manutenção do capital físico ocorrerá quando a capacidade de produção e distribuição da empresa, ao final de um período, for igual ou superior à capacidade do início do período.

Considerando que existe a necessidade da empresa em manter sua capacidade operacional, o lucro de um período somente poderá ser reconhecido após assegurada esta capacidade, dentro do conceito de manutenção do capital físico. Para Pimentel (1986, p. 50), "a avaliação desses ativos deverá basear-se, preferencialmente, nos seus valores de mercado de compra. Se não houver possibilidade de estes serem obtidos, deve ser considerada a hipótese da adoção de índices específicos de preços".

Conforme Fava (1989, p. 34), "[...] a avaliação dos ativos, com base no custo de reposição, é básica para a apuração do investimento..." de acordo com o conceito de manutenção do capital físico. Ao longo de seu trabalho, Fava (1989, p. 35-8) apresenta um exemplo analisando a viabilidade da utilização do custo de reposição na análise da manutenção da capacidade física de uma empresa. Os principais passos desse exemplo serão apresentados abaixo.

Supondo a seguinte situação para os quadros 3, 4 e 5:

- o estoque de 100 unidades de uma empresa foi constituído há três meses;
- a inflação do trimestre, medida pelo índice geral de preços, foi de 20%;
- o custo de reposição do produto em questão foi de \$75.

### Quadro 3

#### Os Balanços Patrimoniais antes da Venda

| <u>Custo Histórico</u> |       | <u>Custo Histórico Corrigido</u> |       | <u>Custo de Reposição</u> |       |
|------------------------|-------|----------------------------------|-------|---------------------------|-------|
| Estoque                | 7.000 | Estoque                          | 8.400 | Estoque                   | 7.500 |
| Capital                | 7.000 | Capital                          | 8.400 | Capital                   | 8.400 |
|                        |       |                                  |       | Perda Cap.Ñ.Real.         | (900) |
|                        |       |                                  |       |                           | 7.500 |

#### Quadro 4

**Demonstração do Resultado após a Venda Total do Estoque (o preço de venda foi fixado de acordo com o critério de custo adotado, sendo 10% acima do custo)**

| <u>Custo Histórico</u> |                | <u>Custo Histórico Corrigido</u> |              | <u>Custo de Reposição</u> |              |
|------------------------|----------------|----------------------------------|--------------|---------------------------|--------------|
| Vendas                 | 7.700          | Vendas                           | 9.240        | Vendas                    | 8.250        |
| CPV                    | <u>7.000</u>   | CPV                              | <u>8.400</u> | CPV                       | <u>7.500</u> |
| LB                     | 700            | LB                               | 840          | LB                        | 750          |
| Desp.Oper.             | 500            | Desp.Oper.                       | <u>500</u>   | Desp.Oper.                | <u>500</u>   |
| Cor.Mon.               | <u>(1.400)</u> |                                  |              |                           |              |
| LL                     | (1.200)        | LL                               | 340          | LL                        | 250          |
|                        |                |                                  |              | Des.Custo Realizada       | <u>(900)</u> |
|                        |                |                                  |              | LL + Des.Custo Real.      | (650)        |

#### Quadro 5

**Os Balanços Patrimoniais após a Venda**

| <u>Custo Histórico</u> |                       | <u>Custo Histórico Corrigido</u> |                   | <u>Custo de Reposição</u> |                     |
|------------------------|-----------------------|----------------------------------|-------------------|---------------------------|---------------------|
| <b>Caixa</b>           | <b>7.700</b>          | <b>Caixa</b>                     | <b>9.240</b>      | <b>Caixa</b>              | <b>8.250</b>        |
|                        | =====                 |                                  | =====             |                           | =====               |
| <b>Contas Pg.</b>      | <b>500</b>            | <b>Contas Pg.</b>                | <b>500</b>        | <b>Contas Pg.</b>         | <b>500</b>          |
| <b>Capital</b>         | <b>8400</b>           | <b>Capital</b>                   | <b>8.400</b>      | <b>Capital</b>            | <b>8.400</b>        |
| <b>Lucro Real.</b>     | <b><u>(1.200)</u></b> | <b>Lucro Real.</b>               | <b><u>340</u></b> | <b>Lucro Real.</b>        | <b>250</b>          |
|                        |                       |                                  |                   | <b>Des.Custo Real.</b>    | <b><u>(900)</u></b> |
|                        | <b>7.700</b>          |                                  | <b>9.240</b>      |                           | <b>8.250</b>        |
|                        | =====                 |                                  | =====             |                           | =====               |

Analisando-se o patrimônio líquido antes da venda, observam-se os seguintes valores:

|   |              |
|---|--------------|
| - pela avaliação do estoque com base no custo histórico corrigido | 8.400        |
| - pela avaliação do estoque com base no custo de reposição        | <u>7.500</u> |
| - diferença   | (900)        |
|   | -10,7%       |

A diferença observada indica que, caso a empresa, neste momento, vendesse seu estoque pelo custo de reposição, o investidor teria uma redução real de 10,7% no seu patrimônio, uma vez que a valorização dos estoques foi inferior à variação do índice geral de preços, gerando uma deseconomia de custo de \$900 ( $7.500 - 7000 \times 1,20$ ).

Fava (1989) continua o exemplo afirmando que, caso o preço de venda fosse fixado com base no custo de reposição, as demonstrações de resultado seriam as seguintes, avaliando-se os estoques pelo custo histórico corrigido e pelo custo de reposição

|  | <u>Custo Histórico</u><br><u>Corrigido</u> | <u>Custo de</u><br><u>Reposição</u> |
|--|--|-------------------------------------|
| <b>Vendas</b>                                  | <b>8.250</b>                               | <b>8.250</b>                        |
| <b>Custo dos Produtos Vendidos</b>             | <b><u>8.400</u></b>                        | <b><u>7.500</u></b>                 |
| <b>Lucro Bruto</b>                             | <b>(150)</b>                               | <b>750</b>                          |
| <b>Despesas Operacionais</b>                   | <b><u>500</u></b>                          | <b><u>500</u></b>                   |
| <b>Lucro Líquido antes do Imposto de Renda</b> | <b>(650)</b>                               | <b>250</b>                          |
| <b>Deseconomia de Custo Realizada</b>          |  | <b><u>(900)</u></b>                 |
| <b>Resultado</b>                               |  | <b>(650)</b>                        |

Neste caso, tomando-se os patrimônios líquidos avaliados pelo custo de reposição, antes e após a venda, tem-se:

|  |                                  |
|--|----------------------------------|
| <b>Patrimônio Líquido Antes da Venda</b> |                                  |
| <b>-Capital</b>                          | <b>8.400</b>                     |
| <b>Patrimônio Líquido Após a Venda</b>   |                                  |
| <b>-Capital</b>                          | <b>8.400</b>                     |
| <b>-Resultado do Período</b>             | <b><u>(650)</u> <u>7.750</u></b> |
|  | <b>(650)</b>                     |
| <b>Variação do Patrimônio Líquido</b>    | <b>-7,7%</b>                     |

As conclusões, deste exemplo, apresentadas por Fava (1989, p. 38-101) são as seguintes:

- a decisão de fixação de preços com base nos custos de reposição permitiria a manutenção do capital físico, porém não o monetário, uma vez que o seu patrimônio teria uma redução de 7,7%, se comparado com o patrimônio ajustado pela desvalorização monetária, antes da realização da venda;

- esta situação resulta do fato de, no período de três meses, para uma desvalorização geral da moeda de 20%, os estoques terem valorizado apenas 7,1%;

- assim, em economias inflacionárias, a adoção do custo de reposição não consiste em máxima indiscutível para valorização dos insumos e fixação de preços;

- quando, num período, a variação do custo de reposição < variação da inflação, deve ser adotado o custo histórico corrigido, de forma a possibilitar que haja a manutenção do capital monetário, permitindo não apenas a continuidade no mesmo ramo de atividade, mas também a preservação do patrimônio no mesmo nível existente antes da realização da venda;

- para manutenção do capital monetário deve ser seguida sempre a regra: custo histórico corrigido ou custo de reposição, dos dois o maior.

Ainda com relação à manutenção do capital da empresa, Fava (1989, p. 102) apresenta uma outra condição que deve ser destacada:

- outra situação em que a aplicação do custo de reposição é desnecessária, decorrente de características operacionais da empresa como um todo ou de parte de seus insumos, refere-se ao fluxo de pagamentos e recebimentos. Quando:

- o prazo de pagamento de insumos > prazo de permanência em estoque + prazo de recebimento de clientes

- a adoção do custo de reposição como base de cálculo do preço de venda é absolutamente desnecessária. Mesmo que a margem de lucro seja calculada com base no custo corrigido de aquisição e tenha havido um crescimento do valor de reposição, não há, para a empresa, nenhuma perda de capital físico ou monetário, dado que esta tem a possibilidade de dar continuidade ao ciclo operacional (aquisição, estocagem, produção, venda, recebimento e pagamento), sem nenhum problema de ordem econômica ou financeira.

## **8 PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS E A MANUTENÇÃO DO CAPITAL DA EMPRESA**

Os principais aspectos envolvidos na distribuição de lucros e a manutenção do capital da empresa foram analisados por Szuster (1985, p. 21-4) e são resumidos a seguir.

---

Para Szuster (1985), ambos os conceitos de capital apresentam uma base lógica, sendo aplicáveis a determinados aspectos da vida de uma entidade, devendo ser considerados de uma forma combinada. Uma empresa, no horizonte do tempo, mesmo que não tenha alterado, nem em parte, sua atividade, deve ter como objetivo a manutenção do capital em termos monetários corrigidos. A contabilidade, porém, tem a responsabilidade de apurar o resultado a cada período da existência da empresa, ocorrendo, também, com esta mesma frequência a decisão quanto à destinação do resultado, se este for positivo. E para a tomada desta decisão, admitindo-se que a empresa esteja em continuidade e não tenha intenção de se afastar da atividade básica no momento, o lucro só deverá ser considerado possível de distribuição após haver a manutenção da capacidade física da empresa. Dessa forma, esta irá se constituir um limite e o lucro só poderá ser distribuído na parcela excedente a esta.

Este raciocínio prevalece quando o valor da capacidade física a ser mantido for superior ao capital monetário corrigido. Se for inferior a este, a análise deve ser realizada com cautela, predominando o valor relativo ao capital monetário corrigido. A distribuição do lucro acima do capital em termos monetários corrigidos iria representar uma restituição do capital investido. A compatibilização dos dois conceitos faz-se, portanto, necessária, não devendo haver o enfoque exclusivo no conceito de capital em termos físicos.

Uma outra questão necessária de ser abordada consiste na distinção entre o conceito de manutenção da capacidade física e os aspectos de expansão e contração da capacidade. O lucro que deve ser calculado para distribuição deve ser correspondente à parcela que pode ser distribuída, desde que se tenha ao término do período o que se tinha no início dele.

Se a empresa pretende ampliar o número de seus ativos ou efetuar a reposição dos ativos por outros de qualidade superior irá haver um acréscimo da capacidade em relação à existência no início, ou seja, uma expansão da capacidade. Esta pode ser financiada através da retenção de uma parcela do lucro ou por outras formas, como financiamento de terceiros ou novas subscrições de capital. Na retenção do lucro haverá a conservação de uma parcela que não tem necessidade de ser mantida para a preservação do capital físico inicial.

Se a empresa pretende reduzir a sua capacidade ou efetuar a reposição dos ativos por outros de qualidade inferior, irá ocorrer uma contração da capacidade, devendo ser observada a questão da manutenção do capital monetário corrigido.

O aspecto relativo à constituição da estrutura de capital da empresa e a sua influência sobre o conceito de manutenção da capacidade física deve ser também analisado. Quando a capacidade é financiada exclusivamente por recursos próprios e o capital é igual ao ativo, a análise se concentra na manutenção do valor de todos os elementos integrantes do ativo. A situação normal, porém, é que haja financiamento da capacidade por uma combinação entre recursos próprios e de terceiros. Neste caso, existem dois tratamentos possíveis para a determinação do capital a ser mantido. No primeiro, ocorre a manutenção dos elementos do ativo, sendo, em seguida, deduzida a parcela correspondente ao passivo. No segundo, é considerada apenas a manutenção dos ativos financiados por recursos próprios. É admitido que não existe preocupação com a manutenção do nível do passivo e que os itens integrantes da capacidade, financiados por este, se forem repostos, serão financiados de forma integral por novos passivos por meio de uma nova integralização de capital. Admitindo-se que seja considerada a manutenção do passivo, dois enfoques podem ser adotados. No primeiro, a empresa o mantém em termos monetários corrigidos, isto é, atualizado ao mesmo nível da variação ocorrida no índice geral de preços do período, independente da variação dos preços dos ativos não-monetários integrantes da capacidade. No segundo, é admitida a manutenção do passivo de forma proporcional à variação do custo corrente ocorrida nos ativos não-monetários financiados por recursos de terceiros.

Para Fava (1989, p. 34), o investidor "[...] está permanentemente comparando seu desempenho com outras alternativas de investimento existentes no mercado. Assim, a análise da manutenção do capital, mediante o conceito de capital monetário se faz necessária, caso o investidor, além da continuidade das operações no seu ramo de negócio, vise à maximização do retorno do investimento". E continua, "[...] na prática, o objetivo do investidor e de outros usuários é que deve condicionar a adoção de um ou outro conceito para a geração de informações sobre os resultados".

## **9 PRINCIPAIS ESTUDOS TEÓRICOS**

Vários foram os estudos teóricos sobre lucro e sua distribuição. Os mais destacados resumem-se a seguir.

## 9.1 ESTUDOS DE EDWARDS E BELL

No ano de 1961, Edgar O. Edwards - professor de economia da Rice University - e Philip W. Bell - professor de economia do Haverford College - publicaram uma obra marcante para o desenvolvimento do conhecimento contábil: *The Theory and Measurement of Business Income*.

As limitações da contabilidade, apresentadas pelos autores, podem ser vistas como uma insuficiência de simetria entre os conceitos contábeis e econômicos de lucro. Segundo Edwards e Bell (1961, p. 33) uma reconciliação entre os dois conceitos deve ser feita nos seguintes moldes:

- "(1) reconstrução do conceito de lucro geralmente aceito para a empresa; e,
- (2) considerável modificação do presente conceito contábil de lucro".

Para Edwards e Bell (1961, p. 32) o "lucro é um objetivo da empresa", e com este intuito a empresa deve buscar, ao longo dos anos, um conjunto de ativos que produza o maior lucro possível.

Todas as decisões tomadas no presente, visando à obtenção de lucros, estão sujeitas às incertezas do futuro. Na busca da maximização dos lucros, os gestores determinam qual a melhor composição de ativos para a empresa. "Ativos representam as ferramentas que, sabiamente utilizadas em conjunto com fatores posteriormente adquiridos, produzirão o lucro. O capital representa o meio corrente de financiamento dessas ferramentas" (EDWARDS; BELL, 1961, p. 33-4).

O gestor da empresa deve ter presente, na busca da maximização do lucro, a continuidade do empreendimento. O lucro não pode ser objetivo de um único período, mas de vários períodos.

Na busca desta maximização, deve ficar claro, segundo os autores, que a seleção dos componentes do ativo, segundo a visão dos gestores, possui um grande valor subjetivo. Este valor subjetivo deve ser maior, ou pelo menos igual, a somatória dos ativos considerados individualmente e avaliados a valor de mercado. Caso isto não seja verdade, seria melhor liquidar a empresa com a venda dos ativos, sendo que os acionistas poderiam aplicar seus recursos em outros negócios mais rentáveis.

Para Edwards e Bell (1961, p. 37), "o excesso de valor subjetivo sobre o valor total de mercado dos ativos individuais é chamado de *goodwill* subjetivo". Para estes autores, o *goodwill*,



ou *goodwill* objetivo ocorrerá quando o valor total da empresa, considerada como um todo, é maior que o valor dos seus ativos considerados individualmente.

Edwards e Bell (1961, p. 37-8) fizeram os seguintes comentários sobre o *goodwill* subjetivo:

- (1) ...o *goodwill* subjetivo deve exceder o *goodwill* objetivo ou os acionistas da empresa sairão;
- (2) o *goodwill* subjetivo deve ser positivo ou a empresa estará fora do negócio;
- (3) com os recursos uma firma deve selecionar um plano cujo valor subjetivo (e portanto o *goodwill* subjetivo) seja o maior; e,
- (4) se a empresa pode emprestar a uma taxa de juros de mercado, esses recursos, por outro lado, não são limitados, um plano com o máximo de *goodwill* subjetivo será o mais rentável. Isto pode ser visto como se o (3) fosse um caso especial do (4). A maximização do *goodwill* subjetivo é o critério geral para escolha entre alternativa.

### 9.1.1 Expectativa de Lucro Subjetivo

O valor subjetivo de uma empresa deve corresponder ao seu fluxo futuro de dividendos trazidos a valor presente por uma taxa mínima de juros, aceita pela empresa para seus investimentos, ou seja, uma taxa de juros que poderia ser conseguida por outros investimentos no mercado, acrescido do dividendo final. Este dividendo final representa o valor residual de mercado da empresa, também trazido a valor presente.

Edwards e Bell (1961, p. 39-69) desenvolveram um exemplo numérico, em que procuraram apresentar de forma mais didática a formação do valor subjetivo do *goodwill* subjetivo e do lucro subjetivo de um empreendimento. Os principais passos deste exemplo apresentam-se a seguir.

O empreendimento possui as seguintes características:

- recursos totais: \$10.000;
- aquisição de uma máquina no valor de: \$10.000;
- esta máquina permitirá o pagamento de dividendos ao final de três períodos, nos seguintes valores: \$ 4.000, \$ 7.000 e \$ 8.000;
- taxa de desconto escolhida: 5%.

1) Cálculo do valor subjetivo ( $V_0$ ) do empreendimento:

$$V_0 = \frac{4.000}{1,05} + \frac{7.000}{(1,05)^2} + \frac{8.000}{(1,05)^3} = 17.070$$

Como o valor subjetivo do investimento no momento zero é de % 17.070, o valor do *goodwill* subjetivo será de \$ 7.070, ou seja: \$ 17.070 (valor subjetivo) menos o valor de mercado do empreendimento \$ 10.000.

2) Cálculo do valor subjetivo do empreendimento após o pagamento de \$ 4.000 de dividendo ao final do primeiro período ( $V_1$ ):

$$V_1 = \frac{7.000}{1,05} + \frac{8.000}{(1,05)^2} = 13.923$$

3) Apresentação do plano de operação:

|  | Final dos períodos |              |              |              |
|--|--------------------|--------------|--------------|--------------|
|  | 0                  | 1            | 2            | 3            |
| Valor subjetivo (antes<br>pagam. dividendos) | -                  | 17.923       | 14.619       | 8.000        |
|  |                    | ↗            | ↗            | ↗            |
|  | 853                | 696          | 381          |              |
| Dividendos                                   | -                  | <u>4.000</u> | <u>7.000</u> | <u>8.000</u> |
|  | ↗                  | ↗            | ↗            |              |
| Valor subjetivo (após<br>pagam. dividendos)  | 17.070             | 13.923       | 7.619        | 0            |

Durante o primeiro período é esperado um crescimento de \$853 no valor subjetivo, ou seja, 5% de % 17.070. Este é o valor que pode ser distribuído sem que ocorra algum prejuízo no valor subjetivo da empresa. O valor de \$853, como demonstrado por Edwards e Bell (1961, p. 41), poderia ser sempre distribuído por meio da retenção de parcelas de entradas de caixa geradas

pelo uso da máquina. Esta retenção seria aplicada em títulos com rendimento equivalente à taxa de juros esperada. O plano operacional será apresentado a seguir (Edwards e Bell, 1961, p. 41).

| F<br>i<br>n<br>d<br>o<br>p<br>e<br>r<br>í<br>o<br>d<br>o | Entrada de caixa |               |         | Valor<br>subjeto<br>dos ativos<br>totais da<br>empresa<br>antes da<br>distribuiç<br>ão das<br>entradas | Saída de caixa |         | Valores subjetivos após a<br>distribuição |                |          |
|--|------------------|---------------|---------|--|----------------|---------|---|----------------|----------|
|  | De<br>Máquinas   | De<br>Títulos | Total   |  | Dividendos     | Títulos | De<br>Títulos                             | De<br>Máquinas | Total    |
| 0  | -                | -             | -       | \$17.070   | -              | -       | -   | \$17.070       | \$17.070 |
| 1  | \$4.000          | -             | \$4.000 | 17.923   | \$853          | \$3.147 | \$3.147                                   | 13.923         | \$17.070 |
| 2  | 7.000            | \$157         | 7.157   | 17.923   | 853            | 6.304   | 9.451                                     | 7.619          | \$17.070 |
| 3  | 8.000            | 472           | 8.472   | 17.923   | 853            | 7.619   | 17.070                                    | -              | \$17.070 |
| 4  | -                | 853           | 853     | 17.923   | 853            | -       | 17.070                                    | -              | \$17.070 |
| .  |                  |               |         |  |                |         |   |                |          |
| .  |                  |               |         |  |                |         |   |                |          |
| .  |                  |               |         |  |                |         |   |                |          |

O lucro subjetivo, para Edwards e Bell, representa o valor que pode ser distribuído sem afetar o valor subjetivo da empresa. Este lucro não representa o conceito ideal de mensuração da contabilidade, em função, principalmente, de estimativas subjetivas dos gestores. Além disso, a função contábil de auxiliar os gestores na tomada de decisões futuras pode ser prejudicada, visto que, na busca de explicações para erros cometidos nas estimativas passadas, com uma comparação entre o lucro subjetivo esperado no passado e o efetivamente realizado, não terá muita utilidade, uma vez que os planos operacionais já teriam que ter sido revisados para efetuar esta comparação. Os planos operacionais devem ser revisados, ao final do período, de acordo com as novas expectativas de uso dos ativos, de taxas de juros, etc., para obter-se o valor subjetivo da empresa ao final do período e, portanto, comparando-se com o valor subjetivo inicial, encontraria-se o lucro subjetivo real. O problema é que os planos operacionais já teriam que ter

sido revisados sem a ajuda da contabilidade no esclarecimento dos erros cometidos nas estimativas passadas.

### 9.1.2 Lucros Realizáveis

Os lucros realizáveis esperados são definidos como sendo "[...] os dividendos que podem ser pagos sem prejudicar o valor total de mercado dos ativos da empresa" (EDWARDS; BELL, 1961, p. 45).

Dando continuidade ao exemplo desenvolvido por Edwards e Bell, novas variáveis foram consideradas, sendo que os valores finais de mercado da máquina, nos respectivos períodos são de \$7.000, \$3.000 e \$0. Com isso, o valor de mercado dos ativos da empresa, antes da distribuição dos dividendos, aparece como sendo:

| <u>Final do Período</u> | <u>Valor da Máquina</u> | <u>Entrada de Caixa</u> | <u>Valor de Mercado<br/>Total</u> |
|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-----------------------------------|
| 0                       | <b>10.000</b>           | 0                       | <b>10.000</b>                     |
| 1                       | <b>7.000</b>            | <b>4.000</b>            | <b>11.000</b>                     |
| 2                       | <b>3.000</b>            | <b>7.000</b>            | <b>10.000</b>                     |
| 3                       | 0                       | <b>8.000</b>            | <b>8.000</b>                      |

Edwards e Bell desenvolvem um plano de operação para preservar o valor de mercado dos ativos, retendo parcelas das entradas de caixa e aplicando-as à taxa de juros esperada. Este procedimento foi o mesmo utilizado para a manutenção do valor subjetivo da empresa. O plano de operação, de forma resumida, é o seguinte (EDWARDS; BELL, 1961, p. 46):

| F<br>i<br>n<br>d<br>o<br>p<br>e<br>r<br>í<br>o<br>d<br>o | Entrada de caixa |         | Valores antes da distribuição das entradas |          |         |          |                    | Saída de caixa |             | Valores após a distribuição |                    |         |
|--|------------------|---------|--|----------|---------|----------|--------------------|----------------|-------------|-----------------------------|--------------------|---------|
|  | Máquinas         | Títulos | Valores de mercado                         |          |         |          | Valor<br>Subjetivo | Divide<br>ndos | Título<br>s | Valor de<br>mercado         | Valor<br>subjetivo | Excesso |
|  |                  |         | Caixa                                      | Máquina  | Títulos | Total    |                    |                |             |                             |                    |         |
| 0  | -                | -       | -  | \$10.000 | -       | \$10.000 | \$17.070           | -              | -           | \$10.000                    | \$17.070           | \$7.070 |
| 1  | \$4.000          | -       | \$4.000                                    | 7.000    | -       | 11.000   | 17.923             | \$1.000        | \$3.000     | 10.000                      | 16.923             | 6.923   |
| 2  | 7.000            | \$150   | 7.150                                      | 3.000    | \$3.000 | 13.150   | 17.769             | 3.150          | 4.000       | 10.000                      | 14.619             | 4.619   |
| 3  | 8.000            | 350     | 8.350                                      | -        | 7.000   | 15.350   | 15.350             | 5.350          | 3.000       | 10.000                      | 10.000             | -       |
| 4  | -                | 500     | 500  | -        | 10.000  | 10.500   | 10.500             | 500            | -           | 10.000                      | 10.000             | -       |

O lucro realizável, segundo Edwards e Bell (1961, p. 47-8), possui três características principais:

"(1) possui uma natureza objetiva;

(2) é uma medida acurada das variações no valor de mercado da empresa; e

(3) seu uso para determinar o valor do pagamento de dividendos permite a conversão de algum excesso de valor subjetivo sobre o valor de mercado (*goodwill* subjetivo) seja distribuído como dividendos durante a vida do plano".

No transcorrer do trabalho, Edwards e Bell apresentam uma relação entre o valor subjetivo da empresa e seu lucro realizável. Para eles, existe um custo que não aparece na determinação do lucro realizável, pois toda empresa para manter seus recursos aplicados em suas atividades operacionais abre mão dos juros que poderia ganhar em outra aplicação. No exemplo hipotético "... a empresa sacrificou \$500 (.05 x \$10,000) por aplicar esta possibilidade em favor de seu plano adotado. No segundo período \$350 (.05 x \$7.500) foi sacrificado; \$150 (.05 x \$3.000) foi sacrificado no terceiro período" (Edwards e Bell, 1961, p. 67). Dos valores entre parênteses, .05 representa a taxa de juros adotada no exemplo e os outros representam o valor de mercado do ativo.

Este excesso de lucro realizável pode ficar melhor explicado através do seguinte quadro, apresentado por Edwards e Bell (1961, p. 67):

| <u>Período</u>  | 1          | 2          | 3          |
|---|------------|------------|------------|
| <u>Lucro realizável</u>   | 1.000      | 3.000      | 5.000      |
| <u>Menos juros sacrificados (5% do valor de merc. dos ativos)</u> | <u>500</u> | <u>350</u> | <u>150</u> |
| <u>Excesso de lucro realizável</u>                                | 500        | 2.650      | 4.850      |

Para Edwards e Bell (1961, p. 67) "A forma mais comum frequentemente assinalada para *goodwill* subjetivo é que este representa o valor presente de lucros esperados acima do normal". Para eles, este lucro acima do normal é representado pelo excesso de lucro realizável. O valor presente desses lucros acima do normal pode ser igual ao *goodwill* subjetivo se a definição de excesso de lucro realizável for consistente com o critério de maximização de lucro. Neste caso, o valor presente dos excessos de lucros é o *goodwill* subjetivo, conforme exemplo abaixo:

$$Goodwill \text{ subjetivo} = \frac{500}{1.05} + \frac{2.650}{(1.05)^2} + \frac{4.850}{(1.05)^3} = 7.070$$

Em uma das considerações finais do capítulo II, Edwards e Bell afirmam que o valor subjetivo dos ativos da empresa corresponde ao fluxo de dividendos futuros trazidos a valor presente por uma taxa de juros escolhida, mais o valor do dividendo final, ou seja, o valor residual de mercado da empresa, também descontado a valor presente.

Os autores apresentam matematicamente como o *goodwill* subjetivo pode ser calculado. Para eles, se o valor de mercado dos ativos da empresa estão a valor presente, ou seja, em  $M_0$  ( $M_0$  = expectativa de valor de mercado dos ativos em um horizonte de tempo no momento zero), o *goodwill* subjetivo associado com a operação é simplesmente  $V_0 - M_0$  ( $V_0$  = valor subjetivo da empresa no momento zero).

Edwards e Bell (1961) apresentaram, também nesta obra, os principais conceitos sobre a teoria do custo corrente. Para muitos estudiosos, eles foram os mais importantes sintetizadores desta teoria.

Custo Corrente foi definido por Edwards e Bell (1961, p. 79) como o "Custo corrente de aquisição dos *inputs* utilizados pela empresa para produzir o ativo objeto de avaliação".

Para Martins (1972, p. 3), esta definição precisa ser melhorada pois refere-se somente aos *inputs* que a empresa usou para produzir o ativo, não abrangendo os itens adquiridos que não tenham sofrido qualquer transformação. Assim, propõe a substituição do verbo produzir por possuir, passando a definição a ser: "[...] é o custo corrente de aquisição dos *inputs* que a firma utilizou para possuir o elemento do ativo". Acrescenta Martins (1972, p. 3), "[...] quando a empresa fabricou o ativo, o seu custo corrente é a soma dos custos correntes dos fatores que entraram na sua produção, [...] quando a empresa comprou o ativo, é o custo corrente de adquiri-lo".

Iudícibus (1966, p. 65) afirma que o custo corrente "[...] não é equivalente ao custo de reposição. Este implica em progresso tecnológico, aquele não. Custo corrente, outrossim, também não é o mesmo que custo de reprodução. Este é o custo de fabricação, no momento  $t_1$ , do mesmo elemento comprado em  $t_0$ , aquele é o custo de aquisição em  $t_1$ , do mesmo bem adquirido em  $t_0$ ".

Uma vez definido Custo Corrente, é necessário avançar na sua teoria, apresentando os principais elementos do resultado definidos por Edwards e Bell.

Os principais componentes do resultado a custo corrente foram sumariados por Edwards e Bell, como abaixo explicitado.

Lucro operacional corrente - o excesso, durante um período, do valor corrente da produção vendida sobre o custo corrente dos *inputs* empregados na produção, ou seja, representa a diferença entre o lucro bruto corrente (valor das vendas - custo corrente das mercadorias vendidas) e as despesas operacionais consideradas pelos seus valores correntes.

Economias de custo realizáveis - o incremento no custo corrente dos ativos ocorrido durante sua permanência em estoque no decorrer do período fiscal. "São apuradas logo que se verificam incrementos no custo corrente dos elementos pertencentes ao ativo da empresa, enquanto permanecerem imobilizados. Na conceituação original de Edwards e Bell, não se confundem economias surgidas no período corrente com outras originárias de períodos passados" (IUDÍCIBUS, 1966, p. 64).

Ganhos de capital realizados - o excesso de recebimentos de dinheiro sobre o valor residual histórico das vendas de bens que não constituem operações normais da empresa. Conceito semelhante ao das economias de custo realizadas, somente que estão relacionados a elementos do ativo não representados por estoques.

Economias de custo realizadas - o excesso de custo corrente sobre o custo histórico dos fatores empregados na produção vendida, ou seja, representa o ganho pela aquisição de mercadorias por um preço diferente daquele corrente na data da venda, ou de quaisquer outros ganhos de mesma natureza relacionados a despesas operacionais.

Custo corrente das mercadorias vendidas - O custo corrente das mercadorias vendidas, segundo Edwards e Bell (1961), é a soma dos custos correntes nas datas em que as vendas foram originadas. Para fins de simplificação, o custo corrente das mercadorias vendidas deve ser encontrado pela multiplicação da quantidade vendida pelo preço médio ponderado das compras do período em questão.

Martins (1972, p. 4) critica este critério de aproximação, "[...] já que leva em consideração os custos apenas das datas em que houve compras, e os compara com outras datas (possivelmente) em que ocorreram as vendas". Outro ponto de discordância é quanto as economias de custo realizadas, pois, como afirma Martins (1972, p. 4), "[...] ao comparar o custo corrente com o custo histórico das mercadorias vendidas, procura o quanto a empresa ganhou ou perdeu pela sua compra e manutenção. E esse valor não está considerando as melhores alternativas".



A forma de cálculo do custo corrente das mercadorias vendidas, definida por Martins (1972, p. 4) é o resultado "[...] da multiplicação da quantidade das mercadorias vendidas pelo preço médio ponderado de compra, porém, onde esse preço de compra não é apenas o das aquisições feitas, mas o que seria em cada uma das datas que compõem o período".

A diferenciação do que defendem Edwards e Bell para a formação do custo corrente das mercadorias vendidas e do que defende Martins pode ser melhor esclarecido pelo seguinte exemplo (MARTINS, 1972, p. 4-5):

- supondo que determinada empresa não tenha tido estoque inicial e final durante um certo ano (considerado como 52 semanas);

- os preços de compra de uma determinada mercadoria, em cada uma das semanas, foram os seguintes:

| <b>número de</b> |          | <b>preço</b>     |          | <b>ponderação:</b>    |
|------------------|----------|------------------|----------|-----------------------|
| <b>semanas</b>   |          | <b>\$</b>        |          | <b>semana x preço</b> |
| <b>9</b>         | <b>x</b> | <b>9.700,00</b>  | <b>=</b> | <b>87.300,00</b>      |
| <b>8</b>         | <b>x</b> | <b>10.000,00</b> | <b>=</b> | <b>80.000,00</b>      |
| <b>2</b>         | <b>x</b> | <b>11.000,00</b> | <b>=</b> | <b>22.000,00</b>      |
| <b>6</b>         | <b>x</b> | <b>10.200,00</b> | <b>=</b> | <b>61.200,00</b>      |
| <b>19</b>        | <b>x</b> | <b>10.500,00</b> | <b>=</b> | <b>199.500,00</b>     |
| <b>8</b>         | <b>x</b> | <b>10.700,00</b> | <b>=</b> | <b>85.600,00</b>      |
| <b>52</b>        |          |                  |          | <b>535.600,00</b>     |

- as compras efetuadas pela empresa foram somente nas seguintes semanas:

| <b>número de unidades</b> |          | <b>preço de</b>  |          | <b>valor total</b> |
|---------------------------|----------|------------------|----------|--------------------|
| <b>compradas</b>          |          | <b>compra \$</b> |          | <b>da compra\$</b> |
| <b>4</b>                  | <b>x</b> | <b>10.000,00</b> | <b>=</b> | <b>40.000,00</b>   |
| <b>6</b>                  | <b>x</b> | <b>10.500,00</b> | <b>=</b> | <b>63.000,00</b>   |
| <b>5</b>                  | <b>x</b> | <b>9.700,00</b>  | <b>=</b> | <b>48.500,00</b>   |
| <b>15</b>                 |          |                  |          | <b>151.500,00</b>  |

- como todas as mercadorias foram vendidas, tem-se então o cálculo do custo corrente das mercadorias vendidas.

a) Pelo método de Edwards e Bell:

$$\text{quantidade vendida} \times \frac{\text{valor das compras do período}}{\text{número de unidades compradas no período}}$$

que é exatamente o próprio valor das compras nesse caso, ou seja, \$151.500,00.

b) Pelo método proposto por Martins:

$$\frac{\text{quantidade vendida} \times \text{preço médio ponderado dos possíveis}}{\text{preços de compra do período}}$$

onde esse preço médio ponderado é igual a  $\frac{\$535.600,00}{52} = 10.300,00$

52

Logo, o custo corrente das mercadorias vendidas é

$$\$10.300,00 \times 15 = 154.500,00.$$

A economia de custo realizada, com a utilização do método proposto por Martins foi de \$3.000,00, ou seja, \$154.500,00 - 151.500,00 (custo corrente das mercadorias vendidas - custo histórico das mercadorias vendidas).

Lucro realizado - este valor é determinado pela soma do lucro operacional corrente com as economias de custo realizadas. O valor do lucro realizado é igual ao valor do lucro líquido histórico.

Lucro líquido corrente - denominado por Edwards e Bell de *Business Profit*, representa o lucro realizado "... menos os ganhos de capital acumulados dos ativos transformados em custo, agora realizados" (Martins, 1971, p. 8).

Ganhos de capital não realizados - Edwards e Bell chamam de *Unrealized Surplus*, é formado pela diferença entre o valor a custo corrente e a custo histórico dos elementos do ativo em um determinado momento.

O modelo de Custo Corrente apresentado por Edwards e Bell, apesar de sua contribuição inestimável, mereceu ao longo dos anos alguns ajustes de ordem prática, principalmente, no caso brasileiro, por professores da USP. A este trabalho básico foram acrescentadas várias obras acerca do reconhecimento contábil do efeito da variação de preços.

O modelo de ajustamento desenvolvido no Brasil pelos professores da FEA-USP, baseado no trabalho apresentado por Edwards e Bell, tornou possível o reconhecimento das

flutuações específicas de preços dos ativos utilizados em uma empresa e dos efeitos da variação do índice geral de preços. O modelo é denominado de Custo Corrente Corrigido.

Como afirma Martins (1972, p. 9), o método do Custo Corrente Corrigido "[...] é muito mais apropriado e realístico, pois, ao comparar os custos correntes de um mesmo ativo entre duas datas, ou ao comparar seu custo corrente com o histórico, leva em conta a parte dessa diferença que é fictícia devido à variação da capacidade aquisitiva da moeda".

## **9.2 Cálculo e análise contábil do lucro passível de distribuição: uma abordagem que reconhece a manutenção do capital da empresa - trabalho de Szuster**

O trabalho de Szuster (1985) demonstra um método, que apresenta um parâmetro que indica o lucro máximo passível de ser distribuído por uma empresa mantendo a sua capacidade física e o seu capital, em termos monetários corrigidos. Este parâmetro concilia-se ao conceito de Lucro-Base, obtido no método do Custo Corrente Corrigido, sendo também analisada a possibilidade de sua distribuição de forma integral.

A análise da proposta de trabalho de Szuster (1985) concentra-se de forma fundamental no método do custo corrente corrigido. Todas as demonstrações seguem o esquema de ajustamento proposto pelo Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA-USP. A única alteração foi uma adaptação feita por Szuster na ordem de apresentação dos itens integrantes da demonstração de resultado, sendo introduzido um termo denominado Lucro-Base que se constitui um parâmetro para análise do valor passível de distribuição. A demonstração do resultado utilizada por Szuster (1985, p. 26), segundo o método do custo corrente corrigido, foi a seguinte:

Vendas Líquidas

Custo das Mercadorias Vendidas

= Lucro Bruto Corrente Corrigido

Despesas Operacionais (despesas administrativas e de vendas)

Outras Receitas e Despesas

Ganhos s/ Passivos Monetários (calculados s/ os passivos sem encargos)

Perdas s/Ativos Monetários (calculados s/ os Ativos sem rendimentos)

Receitas Financeiras Líquidas

Despesas Financeiras Líquidas

Imposto de Renda

= Lucro-Base

Economias (Deseconomias) de Custo Realizadas

= Lucro Realizado

Ganhos (Perdas) de Estocagem e de Capital Não-Realizados

= Lucro Líquido Corrente Corrigido

Uma das principais decisões a serem tomadas pela administração de uma empresa consiste em definir quanto ao destino do lucro, no que concerne à percentagem a ser distribuída em forma de dinheiro, a título de dividendos ou participações, vinculadas de forma direta ao resultado obtido. Para ter condições de gerar informações relevantes para a administração, a contabilidade da empresa deve adotar um método contábil que reconheça as flutuações dos preços dos ativos utilizados pela empresa, além dos efeitos da variação do índice geral de preços, como o método do custo corrente corrigido.

O modelo desenvolvido por Szuster (1985) baseia-se em um método de apuração do valor distribuível, vinculado à manutenção de sua capacidade física da empresa. Szuster apresentou um artigo na *Revista Brasileira de Contabilidade* (1986), resumindo os aspectos mais relevantes de seu trabalho. A aplicação prática do artigo transcreve-se a seguir.

### APLICAÇÃO PRÁTICA

A empresa A foi constituída na data de 31/12/X0, apresentando o seguinte balanço:

|          | ATIVO         |                | PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO |
|----------|---------------|----------------|------------------------------|
| Estoques | 10.000        | Financiamentos | 5.000                        |
| Veículos | <u>10.000</u> | Capital        | <u>15.000</u>                |
|          | 20.000        |                | 20.000                       |

Os seguintes dados são considerados:

- os estoques são compostos por 10 unidades;
- a vida útil do veículo é estimada em 5 anos e este é depreciado pelo método da linha reta sem considerar a existência de valor residual;
- o financiamento de longo prazo é sujeito a encargos de 10% ao ano;
- em 30/06/X1 foram vendidas as 10 unidades à vista por \$1.680 cada;
- em 30/09/X1 foram adquiridas 5 unidades de estoques, sendo o saldo existente em caixa aplicado até 31/12/X1 por uma taxa equivalente à variação da inflação. Cada unidade foi adquirida por \$1.100;

— em 31/12/X1 foram vendidas 2 unidades por \$1.800 cada, à vista;

— outros dados:

| <u>Data</u> | <u>Taxa</u><br><u>Inflaç.</u> | <u>Coef.conv.</u><br><u>para dez.</u><br><u>de 19X1</u> | <u>Custo</u><br><u>Corrente</u><br><u>Estoque</u> | <u>Custo</u><br><u>Corrente</u><br><u>Veículos</u> |
|-------------|-------------------------------|---|---|--|
| dez X0      | 100,00                        | 1,096   | 1.000   | 10.000   |
| jun X1      | 105,38                        | 1,04  | 1.060   | -  |
| set X1      | 107,45                        | 1,02  | 1.100   | -  |
| dez X1      | 109,60                        | 1,00  | 1.130   | 11.000   |

Capacidade a ser mantida: esta é constituída por 10 unidades de estoque e um veículo idêntico ao possuído em estado de novo. É considerada a manutenção do passivo em termos monetários corrigidos.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - 1/1/X1 a 31/12/X1

## CORREÇÃO INTEGRAL

|                      |   |              |                 |
|----------------------|---|--------------|-----------------|
| Vendas:              | $16.800 \times 1,04 =$                      | 17.472       |                 |
|                      | $3.600 \times 100 =$                        | <u>3.600</u> | 21.072          |
| CMV:                 | $10 \times 1.000 \times 1,096 =$            | 10.960       |                 |
|                      | $2 \times 1.100 \times 1,02 =$              | <u>2.244</u> | <u>(13.204)</u> |
| Lucro Bruto:         |   | 7.868        |                 |
| Despesa Depreciação: | $10.960 \times 0,20 =$                      |              | (2.192)         |
| Receita Financeira:  | $11.300 \div 107,45 = 105,1652$             |              |                 |
|                      | $11.526 \div 109,60 = \underline{105,1652}$ |              |                 |
|                      | 0   |              | 0               |
| Despesa Financeira:  | $5.000 \div 100,0 = 50,0000$                |              |                 |
|                      | $5.000 \div 109,6 = \underline{50,1825}$    |              |                 |
|                      | $0,1825 \times 109,6 =$                     |              | (20)            |
| Perdas no Caixa:     | $16.800 \div 105,38 = 159,4230$             |              |                 |
|                      | $16.800 \div 107,45 = \underline{156,3518}$ |              |                 |
|                      | $3,0712 \times 109,6 =$                     |              | <u>(336)</u>    |
| Lucro Líquido:       |   | 5.320        |                 |

Obs.: o modelo apresentado por Szuster (1986) foi adaptado para ficar de acordo com a instrução CVM 191, de 15/07/92.

## CUSTO CORRENTE CORRIGIDO

|                               |  |                     |
|-------------------------------|--|---------------------|
| Vendas:                       |  | 21.072              |
| CMV:                          | $10 \times 1.060 \times 1,04 = 11.024$ |                     |
|                               | $2 \times 1.130 = \underline{2.260}$   | <u>(13.284)</u>     |
| Lucro Bruto:                  |  | 7.788               |
| Desp. Depr.:                  | $\{(10.000 \times 1,096) + 11.000\}$   |                     |
|                               | $\frac{\quad}{2} \times 0,20 =$        | (2.196)             |
| Receita Financeira:           |  | 0                   |
| Despesa Financeira:           |  | (20)                |
| <b>Perda no Caixa:</b>        |  | <b><u>(336)</u></b> |
| <b>Lucro Base:</b>            |  | <b>5.236</b>        |
| Economias de Custo Realizada: |  |                     |
| No CMV:                       | $11.024 - 10.960 = 64$                 |                     |
|                               | $2.260 - 2.244 = 16$                   | 80                  |
| Nas Desp. Depr.:              | $2.196 - 2.192 = 4$                    | <u>4</u>            |
| Lucro Realizado:              |  | 5.320               |
| Ganhos não Realizados:        |  |                     |
| Nos Estoques:                 | $3.390 - 3.366 = 24$                   |                     |
| No Veículo:                   | $8.800 - 8.768 = 32$                   | <u>56</u>           |
| Lucro Líquido:                |  | 5.376               |

## BALANÇOS EM 31/12/X1

## CORREÇÃO INTEGRAL

| ATIVO            |                | PASSIVO + PL   |               |
|------------------|----------------|----------------|---------------|
| Disponibilidades | 15.126         | Financiamentos | 5.500         |
| Estoques         | 3.366          | Capital        | 16.440        |
| Veículos         | 10.960         | L.Ac. Realiz.  | <u>5.320</u>  |
| Dep. Acum.       | <u>(2.192)</u> |                | <u>21.760</u> |
|                  | 27.260         |                | 27.260        |
|                  | =====          |                | =====         |

## CUSTO CORRENTE CORRIGIDO

| ATIVO            |                | PASSIVO + PL         |               |
|------------------|----------------|----------------------|---------------|
| Disponibilidades | 15.126         | Financiamentos       | 5.500         |
| Estoques         | 3.390          | Capital              | 16.440        |
| Veículos         | 11.000         | L.Ac. Realiz.        | 5.320         |
| Dep. Acum.       | <u>(2.200)</u> | Ganhos Est.Não Real. | 24            |
|                  | <u>8.800</u>   | Ganhos Cap.Não Real  | <u>32</u>     |
|                  | 27.316         |                      | <u>21.816</u> |
|                  | =====          |                      | =====         |

Desenvolve-se a análise, considerando os parâmetros apresentados por Szuster (1985), levando em consideração os valores obtidos segundo o método do Custo Corrente Corrigido.

Para Szuster (1985, p. 27), após a obtenção das demonstrações contábeis, é realizado o cálculo do Valor Passível de Distribuição (VPD). Este é um parâmetro que determina o valor máximo distribuível para que se mantenha o capital em termos físicos. A sua obtenção deriva do confronto entre dois Patrimônios Líquidos avaliados a uma moeda de mesmo poder aquisitivo. Em relação ao valor do início do período, é utilizada a equivalência entre o Patrimônio Líquido e o Ativo Líquido.



Cálculo do VPD (Szuster, 1985, p. 28-36)

$$\text{VPD} = \text{PTL be} - \text{CMP be}$$

$$\text{CMP be} = \text{CTM be} - \text{PFC be}$$

$$\text{CTM be} = \text{CIP be} + \text{CAP be}$$

$$\text{CIP be} = \text{VDPCB be} + \text{VEECB be} + \text{VINCB be} + \text{VIDCB be}$$

$$\text{Pt be}$$

$$\text{VDPCB be} = \text{VDPCB} \times \frac{\text{Pt be}}{\text{Pt bi}}$$

$$\text{Pt bi}$$

$$\text{VEECB be} = \text{QECB} \times \text{CCE be}$$

$$\text{VINCB be} = \text{QINCB} \times \text{CCIN be}$$

$$\text{VIDCB be} = \text{QIDCB} \times \text{CCID be}$$

$$\text{CAP be} = \text{VDPCA be} + \text{VEECA be} + \text{VINCA be} + \text{VIDCA be}$$

$$\text{Pt be}$$

$$\text{VDPCA be} = \text{VDPCA} \times \frac{\text{Pt be}}{\text{Pt na}}$$

$$\text{Pt na}$$

$$\text{VEECA be} = \text{QECA} \times \text{CCE be}$$

$$\text{VINCA be} = \text{QINCA} \times \text{CCIN be}$$

$$\text{VIDCA be} = \text{QIDCA} \times \text{CCID be}$$

$$\text{Pt be}$$

$$\text{PFC be} = \text{PAS bi} \times \frac{\text{Pt be}}{\text{Pt bi}}$$

$$\text{Pt bi}$$

As notações dos itens acima são as seguintes:

PTL be = patrimônio líquido corrente na data do balanço de encerramento;

CMP be = capacidade física financiada por recursos próprios, traduzida à data do balanço de encerramento;

CTM be = capacidade física total a ser mantida, traduzida à data do balanço de encerramento;

CIP be = capacidade do início do período, traduzida à data do balanço de encerramento;

CAP be = capacidade acrescida em função do aumento do patrimônio líquido, traduzido à data do balanço de encerramento;

PFC be = passivo que financia a capacidade física, traduzido à data do balanço de encerramento.

Elementos do ativo sobre os quais a empresa pretende manter o seu poder de compra:

Elementos referentes às disponibilidades:

VDPCB be = valor das disponibilidades à data do balanço inicial, consideradas integrantes da capacidade, traduzido à data do balanço de encerramento;

VDPCB = valor das disponibilidades referentes à data do balanço inicial, consideradas integrantes da capacidade;

Índices para tradução dos valores a uma data de poder aquisitivo equivalente:

Pt be = índice geral de preços na data do balanço de encerramento;

Pt bi = índice geral de preços na data do balanço inicial.

Elementos referentes aos estoques:

VEECB be = valor dos estoques à data do balanço inicial, considerados integrantes da capacidade, traduzido à data do balanço de encerramento;

QECB = número de unidades de estoques referentes à data do balanço inicial, consideradas integrantes da capacidade;

CCE be = custo corrente da unidade do estoque na data do balanço de encerramento.

Elementos referentes aos ativos imobilizados não depreciáveis:

VINCB be = valor dos ativos imobilizados não depreciáveis, referentes à data do balanço inicial, considerados integrantes da capacidade, traduzido à data do balanço de encerramento;

QINCB = número de unidades do ativo imobilizado não depreciável referentes à data do balanço inicial, consideradas integrantes da capacidade;

CCIN be = custo corrente da unidade do ativo imobilizado não depreciável na data do balanço de encerramento.

Elementos referentes aos ativos imobilizados depreciáveis:

VIDCB be = valor dos ativos imobilizados depreciáveis, referentes à data do balanço inicial, considerados integrantes da capacidade, traduzido à data do balanço de encerramento;

QIDCB = número de unidades do ativo imobilizado depreciable referentes à data do balanço de encerramento;

CCID be = custo corrente da unidade do ativo imobilizado depreciable na data do balanço de encerramento.

Elementos referentes ao acréscimo da capacidade em decorrência do aumento do patrimônio líquido (no acréscimo não estão incluídas as variações decorrentes das operações da empresa, que são incorporadas ao patrimônio líquido no final do período):

Elementos referentes às disponibilidades:

VDPCA be = valor das disponibilidades referentes ao aumento do patrimônio líquido, consideradas integrantes da capacidade, traduzido à data do balanço de encerramento;

VDPCA = valor das disponibilidades referentes ao aumento do patrimônio líquido, consideradas integrantes da capacidade;

Pt na = índice-geral de preços do mês do aumento do patrimônio líquido.

Elementos referentes aos estoques:

VEECA be = valor dos estoques referentes ao aumento do patrimônio líquido, considerados integrantes da capacidade, traduzido à data do balanço de encerramento;

QECA = número de unidades de estoques referentes ao aumento do patrimônio líquido, consideradas integrantes da capacidade.

Elementos referentes ao ativo imobilizado não depreciable:

VINCA be = valor dos ativos imobilizados não depreciables referentes ao aumento do patrimônio líquido, considerados integrantes da capacidade, traduzido à data do balanço de encerramento;

QINCA = número de unidades do ativo imobilizado não depreciable referentes ao aumento do patrimônio líquido, consideradas integrantes da capacidade

Elementos referentes ao ativo imobilizado depreciable:

VIDCA be = valor dos ativos imobilizados depreciables referentes ao aumento do patrimônio líquido, considerados integrantes da capacidade, traduzido à data do balanço de encerramento;

QIDCA = número de unidades do ativo imobilizado depreciable referentes ao aumento do patrimônio líquido, consideradas integrantes da capacidade.

Elemento referente ao passivo:

PAS bi = valor do passivo que financia a capacidade física na data do balanço inicial.

Considerando o exemplo apresentado anteriormente, o cálculo do VPD é o seguinte:

|   |                              |               |                                   |
|---|------------------------------|---------------|-----------------------------------|
| PTL be =                                  |                              | 21.816        |                                   |
| CMP be =                                  |                              |               |                                   |
| CTM be = CIP be                           |                              |               |                                   |
| VEECB be = QECB x CCE be = 10 x 1.130 =   |                              | 11.300        |                                   |
| VIDCB be = QIDCB x CCID be = 1 x 11.000 = |                              | <u>11.000</u> |                                   |
|   |                              | 22.300        |                                   |
|   | Pt be                        | 109,60        |                                   |
| PFC be = PAS bi x                         | $\frac{\dots Pt bi}{100,00}$ | = 5.000 x     | $\frac{109,60}{100,00} = (5,480)$ |
|   |                              |               | <u>16.820</u>                     |
| VPD:                                      |                              |               | 4.996                             |

Em seguida ao cálculo do VPD, este é comparado com o Lucro-Base obtido na Demonstração do Resultado no método do Custo Corrente Corrigido:

|       |   |            |   |          |
|-------|---|------------|---|----------|
| VPD   | - | LUCRO-BASE | = | VARIAÇÃO |
| 4.996 | - | 5.236      | = | - 240    |

O motivo dessa variação deve ser verificado para que haja maior exatidão ao método e segurança na distribuição do Lucro. Como afirma Szuster (1985, p. 27) "[...] é realizada a conciliação entre os dois parâmetros através dos denominados 'Ajustes de Conciliação' que sempre explicam a sua causa". A análise deve ser desenvolvida pelos itens não-monetários integrantes da capacidade, sendo obtidos os ajustes de conciliação que explicam a razão da diferença.

Em relação aos estoques, são observados os seguintes dados:

QECB = número de unidades de estoques referentes à data do balanço inicial consideradas integrantes da capacidade;

QE bi = número de unidades de estoque existentes na data do balanço inicial;

QKE t = número de unidades de estoques compradas no período;

QTE t = número de unidades de estoques transacionadas no período (QE bi + QKE t)

QECB = 10

QE bi = 10

QKE t = 05

QTE t = 15

Como QTE t > QECB, ocorre o ajuste das unidades transacionadas excedentes à capacidade.

Como QECB = QE bi, o ajuste é calculado da seguinte forma:

$$\left[ \frac{(QTE t - QECB) \times (CCE be - CHE)}{Pt nk} \right]$$

$$\left[ \frac{(15-10) \times (1.130 - 1.100 \times \frac{109,60}{107,45})}{107,45} \right] = + 40$$

Nesta fórmula são utilizados os seguintes elementos não verificados anteriormente:

CHE = custo histórico da unidade de estoque;

Pt nk = índice geral de preços dos meses que ocorrem as compras de unidades de estoques.

Para Szuster (1985), outro ajuste de conciliação necessário é decorrente do cômputo do CMV pela forma ideal, isto é, ao custo corrente da data da venda para as 10 unidades integrantes da capacidade, vendidas durante o período. O acréscimo real do custo corrente entre a data da venda e a data do balanço tem que ser considerado. O cálculo pode ser assim efetuado:

$$\begin{array}{r}
 \text{Pt be} \\
 [\text{QVEC } t \times (\text{CCE } tv \text{ ————— } - \text{CCE } be ) \\
 \text{Pt nv} \\
 \\
 109,60 \\
 [ 10 \times (10 \times 1.060 \times \text{—————} - 1.130 ) ] = - 276 \\
 105,38
 \end{array}$$

Onde:

QVEC t = número de unidades de estoques vendidas no período integrantes da capacidade a ser mantida, não avaliadas ao custo corrente da data do balanço de encerramento;

CCE tv = custo corrente da unidade de estoque na data da venda;

Pt nv = índice geral de preços dos meses que ocorrem as vendas de unidades de estoque.

Szuster (1985) afirma que, quanto ao ativo imobilizado depreciável, há a necessidade de cálculo de um ajuste de conciliação. Para ele, este surge em consequência do cômputo da despesa de depreciação do período corrigido e não com referência ao valor corrente na data do balanço de encerramento. O cálculo pode ser assim efetuado:

$$\begin{array}{l}
 [\text{DEP } tcm - \text{DEP } tbe ] \\
 [2.196 - (11.000 \times 0,20)] = -4
 \end{array}$$

DEP tcm = despesa de depreciação calculada com base no valor corrente médio corrigido;

DEP tbe = despesa de depreciação calculada com base no valor corrente na data do balanço de encerramento.

Assim, considerando o exemplo apresentado por Szuster (1986), a conciliação é efetuada através de três ajustes:

|   |            |
|---|------------|
| - ajuste das unidades transcorridas excedentes à capacidade:              | + 40       |
| - ajuste em decorrência do cômputo do CMV pela forma ideal:               | -276       |
| - ajuste em consequência do cômputo da despesa de depreciação do período: | <u>- 4</u> |
|   | 240        |

O autor defende, de um modo geral, que uma análise deva ser efetuada em relação às parcelas positivas dos ajustes para que seja evitada a distribuição de valores não realizados de forma financeira. E este aspecto ocorre no ajuste das unidades transacionadas excedentes à capacidade que é formado através da variação entre o custo corrente considerado e o custo histórico corrigido de duas unidades vendidas e de três unidades ainda em estoque. Em relação às unidades excedentes vendidas, o valor do ajuste que consta das economias de custo realizadas é passível de distribuição, porém, quanto às três unidades não vendidas, o valor do ajuste não deve ser distribuído. Portanto, do VPD de \$ 4.996, é deduzido o valor de \$ 24, que inclusive consta da demonstração do resultado como ganho de estocagem não realizado, sendo obtido o Lucro Distribuível Máximo (LDM) no valor de \$ 4.972.

Admitindo-se a distribuição do LDM de \$ 4.972, o balanço em 31/12/X1 terá a seguinte constituição no método do custo corrente corrigido:

| ATIVO            |                | PASSIVO + PL              |               |
|------------------|----------------|---------------------------|---------------|
| Disponibilidades | 10.154         | Financiamentos            | 5.500         |
| Estoques         | 3.390          | Capital                   | 16.440        |
| Veículos         | 11.000         | Luc.Ac. Realizados        | 348           |
| Dep. Acumulada   | <u>(2.200)</u> | Ganho Est. não Realizada  | 24            |
|                  | <u>8.800</u>   | Ganho Capital não Realiz. | <u>32</u>     |
|                  | 22.344         |                           | <u>16.844</u> |
|                  | =====          |                           | =====         |

A análise do saldo de algumas contas do balanço, para Szuster (1985), deve ser feita para que seja confirmada a manutenção da capacidade física e do capital em termos monetários corrigidos.

Em relação à conta caixa, ele defende que pode ser observado que o saldo desta agrega:

|   | \$  |
|---|---|
| -recursos para aquisição de 7 unidades de estoque e assim complementar a capacidade física: $7 \times 1.130 =$  | 7.910   |
| - valor equivalente ao saldo da conta depreciação acumulada, cuja retenção é necessária para que haja a manutenção da capacidade relativa do ativo imobilizado depreciável: | 2.200   |
| - quantia excedente relativa ao acréscimo do passivo acima do valor delimitado no conceito de manutenção da capacidade:   | 20  |
| - parcela referente à retenção do ajuste positivo das unidades transacionadas excedentes à capacidade das unidades não vendidas   | <div style="border-top: 1px solid black; display: inline-block; width: 50px;"></div> 24     |
|   | <div style="border-top: 1px solid black; display: inline-block; width: 50px;"></div> 10.154 |

Em relação ao patrimônio líquido, verifica-se que o capital está mantido em termos monetários corrigidos ( $15.000 \times 1,096 = 16.440$ ). Sobre a conta de lucros acumulados realizados, deve ser verificada a fundamentação do valor retido. A análise é efetuada, segundo Szuster (1985), sobre os ativos não-monetários integrantes da capacidade física. Nos estoques verifica-se que ocorre a retenção da diferença entre o custo corrente na data do balanço de encerramento e o custo corrente na data do balanço inicial corrigido à moeda final nas 10 unidades integrantes da capacidade, isto é,  $[10 \times (1.130 - 1.096)] = 340$ . No ativo imobilizado depreciável, certifica-se que é retido o valor correspondente à diferença entre o custo corrente do veículo e o seu custo histórico corrigido de forma proporcional à parcela depreciada até a data do balanço de encerramento, ou seja:

$$[0,20 \times (11.000 - 10.960)] = 8.$$

A simulação acima tem como característica a suposição de que a variação do custo corrente do estoque é superior à taxa de inflação do período, ou seja, o custo corrente na data do balanço de encerramento é superior ao custo corrente na data do balanço inicial trazido à moeda do balanço final. Quando, ao contrário, o custo corrente da unidade do estoque sofre uma variação específica inferior à taxa de inflação do período, é possível a presença, na demonstração do resultado pelo método do custo corrente corrigido, de itens como deseconomias de custo realizadas e/ou perdas de estocagem não realizadas.

No caso da ocorrência de variação específica da unidade do estoque inferior à taxa de inflação, "[...] a análise deve ser efetuada com cautela, pois pode ocorrer a obtenção de um



valor passível de distribuição, que, se distribuído de forma integral, assegura a manutenção da capacidade física da empresa porém não garante a manutenção monetária corrigida do patrimônio líquido inicial" (Szuster, 1985, p. 131). Portanto, quando a capacidade física a ser mantida é inferior ao valor do capital monetário corrigido, este deve predominar, atingindo, desta forma, o objetivo de garantir a manutenção de ambos os conceitos de capital.

Como forma de exemplificar esta situação, Szuster (1985, p. 133-5) apresenta uma simulação onde o número de unidades de estoques transacionadas no período é igual ao número de unidades de estoques integrantes da capacidade, porém, o custo corrente do estoque sofre uma variação inferior a do índice geral de preços. A simulação é a seguinte:

- a empresa foi constituída na data de 31.12.X0, apresentando o seguinte balanço:

Estoques      1.000              Capital      1.000

-os estoques são compostos por 5 unidades;

- em 31.12.X1 foram vendidas 4 unidades por \$520 cada.

- outros dados:

| <u>Data</u> | <u>IGP</u> | <u>Coefficiente</u> | <u>Custo Corrente - Estoques</u> |
|-------------|------------|---------------------|----------------------------------|
| dez.X0      | 100        | 1,96                | 200                              |
| dez.X1      | 196        | 1,00                | 350                              |

- capacidade a ser mantida: esta é constituída por 5 unidades de estoque.

Demonstração do Resultado - 1.1.X1 a 31.12.X1

#### Custo Histórico

|                    |            |
|--------------------|------------|
| Vendas (4 x 520) = | 2.080      |
| CMV (4 x 200) =    | <u>800</u> |
| Lucro Bruto        | 1.280      |

#### Custo Histórico Corrigido

|                        |              |
|------------------------|--------------|
| Vendas (4 x 520) =     | 2.080        |
| CMV (4 x 200 x 1,96) = | <u>1.568</u> |
| Lucro Bruto            | 512          |

Custo Corrente Corrigido

|                    |              |
|--------------------|--------------|
| Vendas (4 x 520) = | 2.080        |
| CMV (4 x 350) =    | <u>1.400</u> |
| Lucro Bruto        | 680          |

## Balço Patrimonial em 31.12.X1

Custo Histórico

|          |            |              |              |
|----------|------------|--------------|--------------|
| Caixa    | 2.080      | Capital      | 1.000        |
| Estoques | <u>200</u> | Lucros Acum. | <u>1.280</u> |
|          | 2.280      |              | 2.280        |

Custo Histórico Corrigido

|          |            |              |            |
|----------|------------|--------------|------------|
| Caixa    | 2.080      | Capital      | 1.960      |
| Estoques | <u>392</u> | Lucros Acum. | <u>512</u> |
|          | 2.472      |              | 2.472      |

Custo Corrente Corrigido

|          |            |                      |             |
|----------|------------|----------------------|-------------|
| Caixa    | 2.080      | Capital              | 1.960       |
| Estoques | <u>350</u> | Lucros Acum. Real.   | 512         |
|          |            | Perda Est. Não Real. | <u>(42)</u> |
|          | 2.430      |                      | 2.430       |

Szuster (1985, p.134) apresenta o cálculo do VPD como sendo:

|                                      |              |
|--------------------------------------|--------------|
| PTL be =                             | 2.430        |
| CTM be = CIP be =                    |              |
| VEECB be = QECB x CCE be = 5 x 350 = | <u>1.750</u> |
| VPD                                  | 680          |

## Conciliação:

|     |   |            |   |         |
|-----|---|------------|---|---------|
| VPD | - | Lucro-Base | = | Varição |
| 680 | - | 680        | = | zero    |

Conforme afirmação de Szuster (1985), não existe a necessidade de ajustes nesta simulação. Supondo-se a distribuição do VPD integral de \$680, o balanço em 31.12.X1 teria a seguinte constituição no método no custo corrente corrigido:

|          |            |                           |                   |
|----------|------------|---------------------------|-------------------|
| Caixa    | 1.400      | Capital                   | 1.960             |
| Estoques | <u>350</u> | Lucros Acum. Realizados   | (168)             |
|          |            | Perda de Estoc. Não Real. | <u>(42)</u> (210) |
|          | 1.750      |                           | 1.750             |

Nestas condições, o ativo estaria sendo mantido, portanto a capacidade física estaria sendo mantida, pois a empresa teria condições de adquirir as quatro unidades de estoques vendidas e recompor a capacidade inicial. Com relação ao patrimônio líquido, constata-se que não existe a manutenção de seu valor em termos monetários corrigidos. O PL deveria ser de \$1.960 e o balanço apresenta um saldo de \$1.750. A diferença de \$210 (\$1960 - 1750), se distribuída, representaria a devolução de parte do capital investido, gerando a redução deste em termos monetários corrigidos. A solução apresentada por Szuster (1985) para esta situação é a dedução do VPD da parcela que reflete a variação inferior à taxa de inflação ocorrida nos ativos não-monetários integrantes da capacidade da empresa. O valor deste ajuste é obtido pela seguinte fórmula:

$$\frac{\text{Pt be}}{\text{Pt bi}} \left[ \text{QE CB} \times (\text{CCE be} - \text{CCE bi} \frac{\text{Pt be}}{\text{Pt bi}}) \right]$$

Portanto, o cálculo do ajuste, para este exemplo, é o seguinte:

$$\frac{196}{100} \left[ 5 \times \left( 350 - 200 \times \frac{196}{100} \right) \right] = \left[ 5 \times (350 - 392) \right] = -210$$

O valor passível de distribuição, após o ajuste fica de \$470 (\$680 - 210). Como neste exemplo não existem outros ajustes, o Lucro Distribuível Máximo é de \$470, que equivale ao lucro líquido corrente corrigido.

Após a distribuição de \$470, o balanço em custo corrente corrigido, para 31.12.X1, será:

|          |            |                           |                      |
|----------|------------|---------------------------|----------------------|
| Caixa    | 1.610      | Capital                   | 1.960                |
| Estoques | <u>350</u> | Lucros Acum. Realizados   | 42                   |
|          |            | Perda Estocagem Não Real. | <u>(42)</u> <u>0</u> |
|          | 1.960      |                           | 1.960                |

Com esta nova situação, o ativo está sendo mantido em termos de sua capacidade física com um resíduo positivo de \$210, gerado pelo ajuste, uma vez que o custo corrente do estoque sofreu uma variação inferior à taxa de inflação do período. A manutenção do PL em termos monetários corrigidos está assegurada pelo ajuste, pois a conta capital apresenta o valor inicial corrigido e na conta de lucros acumulados existe um saldo igual a parcela redutora da perda na estocagem não realizada.

Esta mesma problemática pode ocorrer quando o custo corrente do ativo imobilizado, em estado de novo, sofrer variação de preços inferior à taxa de inflação. Também, neste caso, é possível que ocorra a determinação de um valor de VPD que assegure a manutenção da capacidade física da empresa, porém não preserva o capital em termos monetários corrigidos. Como no exemplo anterior, a análise não se deve concentrar somente na manutenção da capacidade física, devendo ocorrer ao mesmo tempo a manutenção do patrimônio líquido corrigido.

No trabalho de Szuster (1985, p. 235), é apresentado um exemplo que ilustra esta situação. Os principais dados do exemplo são transcritos a seguir.

— A empresa foi constituída na data de 31.12.X0, apresentando o seguinte balanço:

|          |       |         |       |
|----------|-------|---------|-------|
| Veículos | 9.000 | Capital | 9.000 |
|----------|-------|---------|-------|

— a vida útil do veículo é estimada em 3 anos e este é depreciado pelo método da linha reta, não sendo considerado o valor residual;

— as receitas operacionais e as despesas administrativas são incorridas em dezembro;

— a empresa aplica todo saldo existente em caixa a uma taxa idêntica à variação do índice geral de preços;

— outros dados:

| <u>Data</u> | <u>IGP</u> | <u>Coefficiente</u> | <u>Custo Corrente do Ativo Imobilizado</u> |
|-------------|------------|---------------------|--|
| dez.X0      | 100        | 1,20                | \$ 9.000                                   |
| dez.X1      | 120        | 1,00                | \$ 11.700                                  |

— capacidade a ser mantida: um veículo idêntico ao possuído, em estado de novo.

#### Demonstração do Resultado - 1.1.X1 a 31.12.X1

##### Custo Histórico

|                                       |              |
|---------------------------------------|--------------|
| Receitas Operacionais                 | 12.000       |
| Despesas Administrativas              | 2.000        |
| Despesa de Depreciação (9.000 x 1/3)= | <u>3.000</u> |
| Lucro Líquido                         | 7.000        |

##### Custo Histórico Corrigido

|  |              |
|--|--------------|
| Receitas Operacionais                  | 12.000       |
| Despesas Administrativas               | 2.000        |
| Despesa de Depreciação (10.800 x 1/3)= | <u>3.600</u> |
| Lucro Líquido                          | 6.400        |

##### Custo Corrente Corrigido

|   |              |
|---|--------------|
| Receitas Operacionais   | 12.000       |
| Despesas Administrativas  | 2.000        |
| Despesa de Depreciação $(9.000 \times 1,2) + 10.350 \times 1/3 =$ | <u>3.525</u> |

2

|  |                |
|--|----------------|
| Lucro-Base   | 6.475          |
| Deseconomia de Custo Realizada (3.525-3600)=             | <u>.....75</u> |
| Lucro Realizado  | 6.400          |
| Perda de Capital não Realizada do Período (6.900-7.200)= | <u>300</u>     |
| Lucro Líquido  | 6.100          |

## Balancos Patrimoniais em 31.12.X1

Custo Histórico

|            |                |                   |              |
|------------|----------------|-------------------|--------------|
| Caixa      | 10.000         | Capital           | 9.000        |
| Veículos   | 9.000          | Lucros Acumulados | <u>7.000</u> |
| Depr.Acum. | <u>(3.000)</u> |                   | <u>6.000</u> |
|            | 16.000         |                   | 16.000       |

Custo Histórico Corrigido

|             |                |                   |              |
|-------------|----------------|-------------------|--------------|
| Caixa       | 10.000         | Capital           | 10.800       |
| Veículos    | 10.800         | Lucros Acumulados | <u>6.400</u> |
| Depr. Acum. | <u>(3.600)</u> |                   | <u>7.200</u> |
|             | 17.200         |                   | 17.200       |

Custo Corrente Corrigido

|            |                |                     |                                     |
|------------|----------------|---------------------|-------------------------------------|
| Caixa      | 10.000         | Capital             | 10.800                              |
| Veículos   | 10.350         | Lucros Acum.Realiz. | 6.400                               |
| Depr.Acum. | <u>(3.450)</u> | <u>6.900</u>        | Perda de Cap. Ñ. Real. <u>(300)</u> |
|            | 16.900         |                     | 16.900                              |

O cálculo do VDP é o seguinte:

|   |  |               |
|---|--|---------------|
| PTL be =                                |  | 16.900        |
| CTM be = CIP be =                       |  |               |
| VIDCB be = QIDCB x CCID be = 1 x 10.350 |  | <u>10.350</u> |
| VDP =                                   |  | 6.550         |

Conciliação:

|       |   |            |   |         |
|-------|---|------------|---|---------|
| VDP   | - | Lucro-Base | = | Varição |
| 6.550 | - | 6.475      | = | +75     |

A conciliação desta diferença é feita através do cômputo da despesa de depreciação do período. O cálculo é o seguinte (SZUSTER, 1858, p. 235):

[ DEP tcm - DEP tbe ]

$$[3.525 - (10.350 \times 1/3)] = [3.525 - 3.450] = +75$$

Como o ajuste é positivo, deve ser debitado à conta de depreciação acumulada.

Considerando-se a distribuição integral do VPD de \$6.550, no método do custo corrente corrigido, o do lucro líquido nos demais métodos, o balanço de 31.12.X1 seria o seguinte:

Custo Histórico (distribuição de \$7.000)

|             |                |                   |          |
|-------------|----------------|-------------------|----------|
| Caixa       | 3.000          | Capital           | 9.000    |
| Veículos    | 9.000          | Lucros Acumulados | <u>0</u> |
| Depr. Acum. | <u>(3.000)</u> |                   |          |
|             | 6.000          |                   |          |
|             | 9.000          |                   | 9.000    |

Custo Histórico Corrigido (distribuição de \$6.400)

|             |                |                   |          |
|-------------|----------------|-------------------|----------|
| Caixa       | 3.600          | Capital           | 10.800   |
| Veículos    | 10.800         | Lucros Acumulados | <u>0</u> |
| Depr. Acum. | <u>(3.600)</u> |                   |          |
|             | 7.200          |                   |          |
|             | 10.800         |                   | 10.800   |

Custo Corrente Corrigido (distribuição de \$6.550)

|             |                |                     |              |
|-------------|----------------|---------------------|--------------|
| Caixa       | 3.450          | Capital             | 10.800       |
| Veículos    | 10.350         | Lucros Acum.Real.   | (150)        |
| Depr. Acum. | <u>(3.450)</u> | Perda Cap.Não Real. | <u>(300)</u> |
|             | 6.900          |                     |              |
|             | 10.350         |                     | 10.350       |

Ocorrendo a distribuição integral do valor passível de distribuição, não estará mantido a manutenção do capital corrigido. Será necessário a dedução da parcela obtida pelo cálculo do seguinte ajuste:

$$\frac{\text{Pt be}}{\text{Pt bn}} \left[ \text{QIDCB} \times (\text{CCID be} - \text{CHID} \frac{\text{Pt be}}{\text{Pt bn}}) \right]$$

CHID = custo histórico da unidade do ativo imobilizado depreciável;

Pt be = índice geral de preços dos meses nos quais ocorrem compras ou vendas de unidades do ativo imobilizado.

$$\left[ 1 \times (10.350 - 9.000 \times \frac{120}{100}) \right] = [1 \times (10.350 - 10.800)] = -450$$

Considerando este ajuste, o VDP será de \$6.100 (\$6.550 - 450), que se constitui no LDM. Após a distribuição do lucro distribuível máximo, o balanço pelo método do custo corrente corrigido será:

|            |                |                            |              |
|------------|----------------|----------------------------|--------------|
| Caixa      | 3.900          | Capital                    | 10.800       |
| Veículos   | 10.350         | Lucros Acum.Realizados     | 300          |
| Depr.Acum. | <u>(3.450)</u> | Perda de Capital Não Real. | <u>(300)</u> |
|            | 10.800         |                            | 10.800       |

Como afirma Szuster (1985, p. 238), "... o valor do ajuste gera um excesso positivo em relação ao mínimo necessário à manutenção da capacidade física, porém, torna-se imprescindível para gerar a manutenção do capital em termos monetários corrigidos".

Szuster (1985, p. 513) defende que "[...] de posse dessas informações, a administração da empresa poderá efetuar a proposta sobre o montante do valor a ser distribuído de forma a compatibilizar os objetivos da empresa com os dos acionistas, tendo como base a continuidade da empresa, a manutenção da capacidade física e do capital em termos monetários corrigidos. A distribuição de lucros deve se tornar mais segura, beneficiando a empresa e seus acionistas com possíveis reflexos em outros segmentos da economia, em especial o mercado de capitais". Além de auxiliar nesta decisão, o método desenvolvido proporciona mais informações úteis para a empresa. Estas, inclusive, decorrem do próprio cálculo do método que necessita da fixação da capacidade física e seu financiamento. Estas delimitações podem permitir à empresa uma gestão mais racional de seus recursos. Também os novos elementos gerados - o VPD, o LDM e os ajustes de conciliação - podem ser



parâmetros utilizados. Para a análise retrospectiva são propiciadas novas informações para a avaliação do desempenho e análise da rentabilidade. Quanto à atividade do planejamento de lucros, o VPD ou o LDM podem ser considerados na própria quantificação da meta objetivada pela empresa, influenciando na fixação de um preço de venda dos produtos da empresa que permita que seja gerado um retorno líquido para o acionista além da manutenção do capital. Estes elementos também podem contribuir para o aperfeiçoamento dos cálculos do ponto de equilíbrio contábil e econômico, além do grau de alavancagem.

O que ficou claro é que, na análise do lucro distribuível, deve existir uma vinculação com a manutenção do capital da empresa em termos monetários corrigidos. Também visando principalmente à continuidade do empreendimento, deve ser preservado o capital em termos físicos.

Como forma de justificar a retenção de parte dos lucros, Szuster (1985) apresentou os chamados ajustes de conciliação, onde são examinadas as variações entre o VPD e o Lucro-Base. Estes ajustes podem ser positivos ou negativos. Positivos quando ocorre o acréscimo do VPD em relação ao Lucro-Base. Negativo quando é justificada uma variação da qual o Lucro-Base é acrescido quanto ao VPD. Os ajustes ocorrem, conforme Szuster (1985, p.516) nas seguintes situações:

- nos estoques, as variações entre o VPD e o Lucro-Base decorrem das diferenças entre a delimitação da capacidade desejada de ser mantida e a estrutura de ativos existentes na data do balanço inicial, do fato da empresa transacionar no período um número de unidades de estoque superior aquele determinado como o número integrante da capacidade física a ser mantida e da forma de avaliação do custo das mercadorias vendidas quando as vendas são efetuadas durante o período;
- quanto ao ativo imobilizado depreciable, estas variações decorrem do cálculo da despesa de depreciação ser efetuado com base no valor corrente médio e não de acordo com o custo corrente do ativo na data do balanço de encerramento e da atualização do saldo da conta depreciação acumulada no balanço do método do custo corrente corrigido ser efetuado pela variação do índice geral de preços e não pelo índice específico de variação de preços ocorrida no ativo imobilizado.

A não distribuição integral do VPD pode também ter justificativa quando da ocorrência das seguintes situações:

- quando não há segurança da possibilidade da reposição do ativo não-monetário integrante da capacidade física;
- quando não há certeza da manutenção do nível do passivo determinado segundo o enfoque considerado no cálculo do VPD;
- quando a empresa vende ou tem alta possibilidade de alienar bens integrantes do ativo imobilizado dentro do período de sua vida útil e de modo geral o valor da venda do ativo é inferior ao seu custo corrente;

- quando há expectativas de perdas futuras por fatos geradores contábeis ainda não incorridos, havendo a possibilidade da criação de uma reserva para contingência (SZUSTER, 1989, p. 518).

O método tradicional de custo corrente corrigido, apesar de seus méritos indiscutíveis, não permite que a contabilidade forneça todas as informações necessárias aos gestores no processo de tomada de decisão relacionada com a destinação dos lucros da empresa, principalmente no que se refere à manutenção de sua capacidade física, sendo necessário uma análise mais apurada, como a apresentada por Szuster (1985).

## 10 CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho foram apresentados vários estudos sobre os aspectos mais relevantes que envolvem a distribuição de lucros. O lucro é, sem dúvida, o principal objetivo de qualquer empresa, por isso a sua distribuição deve ser analisada com grande profundidade.

A análise da distribuição do lucro deve estar vinculada à manutenção do capital da empresa, pois somente assim sua continuidade estará assegurada. Esta manutenção deve ocorrer em termos de capital monetário corrigido e em termos de capital físico. Como apresentou Szuster (1985) em seu estudo, a empresa, ao determinar o valor do lucro a ser distribuído, deve levar em consideração o conceito de mais alto valor, visto que com a distribuição de uma quantia que mantenha a capacidade física da empresa, mas não a capacidade do capital monetário corrigido, estaria ocorrendo uma devolução de parte do capital investido pelos acionistas e uma descapitalização desta empresa.

O modelo sugerido por alguns autores dos estudos apresentados, para que a contabilidade tenha condições de auxiliar os gestores na decisão de distribuição de lucros e na fixação de uma política de dividendos, está baseado no método do custo corrente corrigido, cujos primordiais estudiosos foram Edgar O. Edwards e Philip W. Bell.

Uma decisão importante a ser tomada pelos gestores é a determinação da estrutura do ativo integrante da capacidade física da empresa e de suas formas de financiamento, definindo com precisão o valor do capital de terceiros que deverá integrar sua estrutura de capital.

A não determinação de um valor mais correto de lucro a ser distribuído pode trazer reflexos negativos para a empresa, podendo trazer dificuldades no processo de continuidade do empreendimento. Na decisão de dispor de parte dos ativos com a distribuição de lucros, devem ser considerados os aspectos sociais da empresa, principalmente aqueles ligados à satisfação dos acionistas, além de fatores primordiais como a manutenção de seu capital em termos monetários corrigidos e em termos físicos, visando a sua continuidade.

---

## REFERÊNCIAS

EDWARDS, E. O.; BELL, P. W. **The theory and measurement of business income.** Berkeley: University of California Press, 1961.

FAVA, I. **O custo de reposição para fixação de preço de venda:** algumas análises em situação de inflação e em função do fluxo financeiro. São Paulo: FEA-USP, 1989. (Dissertação de Mestrado).

FIPECAFI; ARTHUR ANDERSEN. **Normas e práticas contábeis no Brasil.** São Paulo: Atlas, 1990.

HENDRIKSEN, E. S. **Accounting theory.** 3. ed. Howewood: Richard D. Irwin Inc., 1977.

IBRACON. **Princípios contábeis.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

IUDÍCIBUS, S. Contribuição à teoria dos ajustamentos contábeis. **Boletim 44,** São Paulo: FEA-USP, 1966.

\_\_\_\_\_. **Teoria da contabilidade.** São Paulo: Atlas, 1980.

MARTINS, E. **Contribuição à avaliação do ativo intangível.** São Paulo: FEA-USP, 1972. (Tese de Doutorado).

MARTINS, E. *et al.* **Manual de contabilidade das sociedades por ações:** aplicável também as demais sociedades. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1990.

MONTEIRO, D. R. **Lucros a se realizarem financeiramente e a informação contábil relevante.** São Paulo: FEA-USP, 1989. (Tese de Doutorado).

PIMENTEL, J. S. **Contribuição ao estudo da avaliação contábil do lucro passível de distribuição.** São Paulo: FEA-USP, 1986. (Tese de Doutorado).

SZUSTER, N. **Análise do lucro passível de distribuição:** uma abordagem reconhecendo a manutenção do capital da empresa. São Paulo: FEA-USP, 1985. (Tese de Doutorado).

\_\_\_\_\_. Cálculo e análise contábil do lucro passível de distribuição. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Rio de Janeiro, n. 58, 1986.

VAN HORNE, J. C. **Fundamentos de administração financeira**. 5. ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 1984.